

# Corrupção, seca, emendas e o desvirtuamento do Dnocs

 [poder360.com.br/opiniaao/corrupcao-seca-emendas-e-o-desvirtuamento-do-dnocs](http://poder360.com.br/opiniaao/corrupcao-seca-emendas-e-o-desvirtuamento-do-dnocs)

Roberto Livianu

December 2, 2025

O “orçamento secreto” levou Departamento Nacional de Obras Contra as Secas de protagonista a um mero “asfaltador de vias”



A triste e secular chaga da seca no Brasil sobrevive, mas, lamentavelmente, além disto serve de inacreditável álibi para o mais novo escândalo de corrupção, diz o articulista; na imagem, seca no sertão brasileiro

© Marcello Casal Jr/Agência Brasil

As origens mais remotas do [Dnocs](#) (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) são anteriores à 1ª Grande Guerra, remontando a 21 de outubro de 1909, sendo hoje uma autarquia federal, com sede em Fortaleza (CE), que nasceu com a missão de atuar no semiárido brasileiro, promovendo o desenvolvimento e a segurança hídrica por meio de obras de açudes e poços artesianos.

Com o passar do tempo, entretanto, a dinâmica do “orçamento secreto” levou o órgão de protagonista no combate à escassez hídrica a [um mero “asfaltador de vias”](#) pelo interior do Nordeste, conforme é revelado em reportagem investigativa do [UOL](#).

Auditoria da [CGU](#) (Controladoria Geral da União) verificou que 60% do R\$ 1,85 bilhão contratado de 2021 a 2023 foram destinados à pavimentação de vias ou à compra de equipamentos agrícolas. Ou seja, o que vem ocorrendo ao longo destes últimos 11 anos, durante os quais o montante das emendas parlamentares [cresceu 25.100%](#). O Dnocs foi atingido em 100%.

Durante o mesmo período, o salário-mínimo cresceu 109% e as dificuldades inerentes ao campo hídrico permanecem. Entretanto, o Dnocs também viveu o mesmo processo que atingiu outros organismos e instituições, com o descolamento total e absoluto de sua missão institucional em relação à destinação dos respectivos recursos.

#### **Observem-se os gastos por área:**

- **obras de pavimentação** – R\$ 748,8 milhões (40,4%);
- **atividade-fim** (barragens, adutoras, poços etc) – R\$ 633,9 milhões (34,2%);
- **aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e de pavimentação** – R\$ 355,3 milhões (19,1%);
- **materiais e serviços administrativos** – R\$ 116,1 milhões (6,3%).

Conforme diz a reportagem do *UOL*, na página oficial do Dnocs, há dezenas de textos anunciando pavimentações. Além de estarem fora do escopo específico do órgão, as obras são contestadas pela má qualidade e algumas são alvo de investigação, como na [operação Overclean](#), da [Polícia Federal](#), deflagrada no fim de 2024, por suspeitas de fraude em licitações e corrupção.

Na 6ª feira (28.nov.2025), uma nova ação foi realizada para investigar indícios de superfaturamento, execução parcial ou inexistente dos serviços, medições fraudulentas e favorecimento indevido de empresas contratadas nessas pavimentações. Ao todo, 11 mandados de busca e apreensão foram expedidos pelo STF contra organização criminosa voltada ao desvio de recursos públicos, com prejuízo estimado em mais de R\$ 22 milhões.

O [TCU](#) já havia alertado que o Dnocs não tem capacidade técnica para realizar e fiscalizar esse tipo de obra, “*o que expõe a administração pública a riscos de superfaturamento decorrentes da execução de serviços em qualidade ou quantidade inferior às contratadas*”, disse o Tribunal.

O fato de se dedicar a obras fora de sua missão institucional foi classificado pela Corte como “*irregularidade grave*”, com recomendação de paralisação. A quase totalidade dessas contratações vem de emendas parlamentares. Segundo a CGU, a prática começou há 5 anos, período em que o valor das emendas cresceu de forma exponencial no Orçamento da União.

As emendas são compostas de recursos do Orçamento cujo destino os deputados e senadores têm o direito de decidir, indicando obra ou serviço e o órgão que vai executá-la, sua finalidade e o beneficiário dela, de forma impositiva. Na prática, o órgão seria apenas um “*executor das obras, sem poder de decisão*”.

Há poucos meses, o [Ipea](#) havia divulgado um [estudo](#) mostrando a falta de correlação crônica entre as emendas parlamentares e a concretização de políticas públicas, concluindo que havia uso eleitoreiro deste instrumento, subvertendo-se o instituto, que deveria funcionar como elemento complementar à atividade do Poder Executivo de diagnóstico e planejamento de atendimento das necessidades da sociedade pela gestão e manejo do orçamento público.

Este [relatório](#) da CGU alerta que, ao assumir a execução dessas atividades, o Dnocs “*infringe o princípio constitucional, extrapolando suas competências e comprometendo sua capacidade de enfrentamento da escassez hídrica*”. O órgão sequer detém a expertise necessária para administrar e fiscalizar contratos de pavimentação e equipamentos, sobrecarregando ainda mais os funcionários disponíveis, diz a CGU.

Situação semelhante ocorre na compra de equipamentos agrícolas, cujos beneficiários são definidos só no envio dos recursos. Não dispõe de diagnósticos nem critérios de prioridade para essas localidades.

A triste e secular chaga da seca no Brasil sobrevive, mas, lamentavelmente, além disso, serve de inacreditável álibi para o mais novo escândalo de corrupção, que revela o total desvirtuamento do Dnocs, um organismo totalmente sugado por emendas parlamentares milionárias.

Emendas que há anos estão relacionadas a serviços na maior parte das vezes dissociados da essência de origem do órgão administrativo, para servir a outros interesses inconfessáveis, vez que auditorias apontam para superfaturamentos e péssima qualidade de serviços.

[o Poder360 integra o](#)



**The Trust Project**

**autores**



## Roberto Livianu

---

Roberto Livianu, 57 anos, é procurador de Justiça, atuando na área criminal, e doutor em direito pela USP. Idealizou e preside o Instituto Não Aceito Corrupção. Integra a bancada do Linha Direta com a Justiça, da Rádio Bandeirantes, e a Academia Paulista de Letras Jurídicas. É articulista da *Rádio Justiça*, do STF, do *O Globo* e da *Folha de S. Paulo*. Escreve para o Poder360 semanalmente às terças-feiras.

**nota do editor:** os textos, fotos, vídeos, tabelas e outros materiais iconográficos publicados no espaço “opinião” não refletem necessariamente o pensamento do Poder360, sendo de total responsabilidade do(s) autor(es) as informações, juízos de valor e conceitos divulgados.